

Divórcio de capitais

• Ed George, o presidente do Banco da Inglaterra, dirigiu-se a Francisco Lopes e perguntou: "Se o real sofrer novo ataque, o que vocês farão?" Era o final de 97, o Brasil havia reagido ao ataque contra o real subindo juros e anunciando um pacote de 51 medidas fiscais, e o BIS estava reunido para discutir o problema do Brasil. Lopes respondeu: "Faremos tudo de novo." Intimamente torceu para que jamais houvesse novo ataque. E houve.

A história do que ano que se encerrou ontem foi das mais aflitivas já vividas no país.

Nas reuniões da equipe econômica bem no começo de 98, José Roberto Mendonça de Barros repetiu algumas vezes um vaticínio que assustava a todos: "Antes do fim do ano seremos novamente testados." Aconteceu em agosto. Quando a Rússia decretou moratória, os olhares do mundo se voltaram para o Brasil. Indicadores, tamanho da dívida, crescimento do déficit, tudo foi vasculhado. A desconfiança sobre o país se espalhou. O pior dos meses foi setembro, quando o Brasil perdeu US\$ 22 bilhões de reservas e o Governo teve que superar o conflito interno da equipe e pedir socorro ao FMI. Tudo isto nos dias que antecederam as eleições.

Setembro foi decisivo para transformar o ano de 98 no pior do primeiro mandato de Fernando Henrique. Mesmo após elevar os juros de 19% para 29%, o país continuou a perder reservas numa sangria de US\$ 2 bilhões a US\$ 3 bilhões ao dia. E os juros foram para o patamar dos 40%.

Das três crises financeiras enfrentadas no primeiro Governo de Fernando Henrique, esta foi a mais profunda, perigosa e longa. O ano acabou, mas a crise ainda não.

No começo de 98 as previsões feitas pela maioria dos analistas eram as mesmas: um ano que começaria em recessão, por causa do choque dos juros do final de 97, mas no segundo semestre poderia viver a tranquilidade de juros em queda. O Governo disputando a reeleição se aproveitaria deste desafogo do segundo semestre. Ano em que o desemprego cresceria um pouco e em que a balança comercial teria um saldo negativo pequeno, quase equilíbrio.

Foi outra a história acontecida. A recuperação das reservas foi tão rápida quanto enganosa. Não significava aumento da confiança no Brasil, mas interesse em ganhos fáceis das aplicações nos juros. Mas confundiu o Governo. Com a sensação de que vencera a crise de confiança que ameaçava a moeda, o Governo cometeu um erro fatal: descuidou-se da parte fiscal.

Os juros altos, usados na defesa da moeda, pioraram enormemente o déficit. Mas os cortes de gastos foram esquecidos. Ao aplicar apenas a meta-

de da receita no paciente, agravou-se a doença. Isto é que tornou inevitável o vaticínio de José Roberto: no meio do ano, o real sofreu novo ataque. E nada ainda convenceu o capital privado a voltar ao Brasil: nem a promessa de cortes de gastos, nem a overdose de juros, nem mesmo a fiscalização do FMI.

O desemprego aumentou mais do que o previsto no primeiro semestre e caiu menos do que o esperado no segundo. A crise derrubou o preço dos produtos exportados e déficit comercial foi maior.

O país cruzou o último dia do ano entendendo um minipacote para tapar mais um rombo nas despesas públicas.

As previsões dos mais otimistas foram todas revogadas em 98. Por outro lado, perderam também todos os que tiveram certeza de que o real iria ao colapso. Bancos, empresas e analistas que apostaram forte na desvalorização perderam dinheiro e prestígio.

O Brasil viveu o extremo de duas realidades. O capital financeiro, os investimentos em renda fixa, os capitais de bolsa fugiram diante do perigo; no mesmo ano em que o Brasil bateu recordes de entrada de capital produtivo.

A Moody's, que avalia risco de curto prazo, rebaixou o Brasil a níveis humilhantes. A A.T. Kearney, que vê o risco de capital produtivo, captou junto aos maiores investidores do mundo que o Brasil é o segundo melhor país para investir. As duas avaliações saíram quase juntas, no meio da crise. O Banco Central era o cartório onde se registrava este verdadeiro divórcio de capitais: houve dias em que até brasileiros fugiam com dinheiro para o exterior e no sentido inverso empresas francesas, espanholas, americanas vinham com seus dólares.

Retrato do divórcio é o gráfico abaixo. Ele desenha a trajetória do dinheiro de Bolsa, de aplicações em fundos de renda fixa e de curto prazo, por um lado. Por outro, o investimento direto e os recursos de privatização. O investimento direto em 98 se aproximou de US\$ 25 bilhões, US\$ 10 bilhões a mais do que em 97.

O que as curvas dizem é que a curto prazo o Brasil enfrenta aflições e ameaças. Mas as mudanças estruturais já ocorridas tornam possíveis as esperanças no futuro.